

---

## *O Haiti não é aqui: discurso antiescravista e práticas escravistas no Brasil (1790-1840)*

*Reinaldo Nishikawa\**

---

**Resumo:** A Revolução do Haiti marcou um momento de fundamental importância para a História e para a historiografia sobre escravidão. Apesar de seus ecos em todo mundo ocidental, que dependiam direta ou indiretamente da escravidão ou de seus produtos, muitos dos historiadores tendem a aumentar a importância do Haiti sobre seu impacto em outros mundos. A proposta deste texto é questionar as ressonâncias da Revolução do Haiti no Império Brasileiro, no começo do século XIX. Houve realmente um “medo” das consequências do Haiti, chamadas por muitos de “haitianismo”, ou esse impacto foi mais ideológico que real? Se o governo do Brasil temia um colapso do sistema escravagista, repercutido por São Domingos, todo o sistema de trabalho e a economia, baseados no escravo, teriam que ser alterados. Para além dos discursos políticos que versavam sobre esse tema, num mundo onde o escravo tinha fundamental importância, será que as pressões políticas afetaram os proprietários de escravos e os traficantes?

**Palavras-chave:** antiescravismo, escravismo, Revolução no Haiti.

**Abstract:** The Revolution of Haiti marked a moment of fundamental importance for the history and for the historiography on slavery. In spite of its echoes in everybody western, that depended direct or indirectly of the slavery or of its products; many of the historians tend to increase the importance of Haiti and on its impact in other worlds. The proposal of that text is to question the resonances of the Revolution of Haiti in the Brazilian Empire at the beginning of the century XIX. Was there really a “fear” of the consequences of Haiti, called by many of “haitianismo”, or was that impact more ideological than real? For besides the political speeches that turned on that theme, in a world where the slave was of fundamental importance, will it be that the political pressures affected the slaves’ proprietors and the traffickers?

**Key words:** slavery, antislavery, Revolution in Haiti.

---

\* Mestrando em História Social pela Universidade de São Paulo. Bolsista do CNPq. *E-mail:* mishikawar@hotmail.com

Muitos trabalhos vêm reforçar ou rechaçar a ligação entre liberalismo e escravidão. Caio Prado Jr. já havia dito que o antigo sistema colonial (pacto colonial) nada mais era que o exclusivismo das colônias com suas respectivas metrópoles, mas, quando esse entra em colapso, uma profunda mudança econômica surge em seu lugar, ou seja, há o aparecimento do capitalismo industrial em detrimento do capitalismo comercial.

[...] a estrutura econômica básica de um país colonial se produz para exportar e que se organizara não para atender às necessidades próprias, mas para servir a interesses estranhos. É na base das contradições geradas por este sistema que resultará a paulatina transformação do regime, em todos os seus aspectos, de colônia em nação. (PRADO JR., 1962, p. 125).

Essas mudanças chegaram com uma série de acontecimentos no Brasil e no mundo e que não podem passar despercebidos, principalmente entre a Revolução do Haiti e seus impactos no Brasil.<sup>1</sup> Por outro lado, há de se perceber a influência mais próxima que foi a Inglaterra, sempre pressionando o Brasil em relação à escravidão. Ela mesma também estava sofrendo pressão francesa, quando o exército de Napoleão bloqueou as rotas inglesas; os portos no Brasil foram a saída encontrada, e não por menos, a Inglaterra fez de tudo para manter primeiro Portugal, depois o Brasil, gravitando em sua órbita. É com a Abertura dos Portos em 1808 que Caio Prado Jr. vê a libertação econômica do Brasil ante Portugal.

Desfazia-se a base essencial em que assentava o domínio metropolitano e que consistia [...] precisamente no monopólio do comércio colonial. Com a abertura dos portos brasileiros e a concorrência estrangeira, sobretudo inglesa, contra que Portugal não se achava em condições de lutar, estava abolido de um golpe o que havia de realmente substancial na dominação metropolitana. Daí por diante esta se pode considerar virtualmente extinta. (PRADO JR., 1962, p. 128).

O corpo gigantesco com pequena cabeça, parafraseando Caio Prado Jr. cedeu às pressões inglesas. Do mesmo modo, alguns trabalhos vieram a apresentar um elemento para a dissolução de outro sistema, o

escravismo. Se o liberalismo teve presença marcante com a Inglaterra, o antiescravismo ganhou forças no Brasil e em outras partes do mundo com o acontecido na colônia francesa, onde os escravos dominaram e declararam independente o Haiti. (JANCSÓ, 2003).

A Revolução do Haiti marcou um momento de fundamental importância para a História e para a Historiografia sobre escravidão. (GAINOT, 2002). Apesar de seus ecos em todo o mundo ocidental, que dependia direta ou indiretamente da escravidão ou de seus produtos, muitos dos historiadores tendem a aumentar a importância do Haiti e de seu impacto em outros mundos. A proposta desse texto é questionar as ressonâncias da Revolução do Haiti no Império Brasileiro no começo do século XIX. Houve realmente um “medo” das conseqüências do Haiti, chamadas por muitos “haitianismo”, ou esse impacto foi mais ideológico que real?

Os discursos políticos brasileiros estão repletos de referências sobre o Haiti. Escravistas e antiescravistas dividiam o palco nas discussões referentes a esse tema. Ambos utilizam esse argumento para defender ou abolir a escravidão no Brasil. Ou o Haiti era um modelo da escravidão, vista como uma “panela de pressão” que estourou, e que, portanto, deveríamos rever seus resultados e seus efeitos, ou o argumento utilizado era o de que fosse reformulado o controle dos escravos, para que se mantivesse a escravidão e se evitasse tal experiência aqui no Brasil. C. James, ao escrever *Os jacobinos negros*, tentou apresentar os escravos não como objetos de estudos, os eternos explorados, mas mostrar que no Haiti os negros conseguiram, dentro do contexto próprio, chegar ao poder.

Os homens fazem a sua própria história. E os jacobinos negros de São Domingos fariam a história que mudaria o destino de milhões de homens e o curso econômico de três continentes. Todavia, se é possível aproveitar uma oportunidade, não é possível criá-la. O comércio de escravos e a escravidão estavam firmemente entrelaçados à economia do século XVIII. Três forças: os proprietários de São Domingos, a burguesia francesa e a burguesia inglesa prosperaram sobre a devastação de um continente e a brutal exploração de milhões de seus habitantes. Enquanto essas forças se mantivessem em equilíbrio, o tráfico demoníaco prosseguiria [...]. Mas nada, por mais lucrativo que seja, dura para sempre. Desde que o seu próprio desenvolvimento

ganhou ímpeto, os fazendeiros das colônias e as burguesias francesas e britânicas passaram a gerar pressões internas e a intensificar as rivalidades externas, dirigindo-se cegamente para conflitos e explosões que despedaçariam as bases do seu domínio e criariam a possibilidade de emancipação. (JAMES, 2000, p. 39).

Se o Haiti foi tema privilegiado de diversos estudos que relacionaram a “onda negra”, qual foi o choque desse acontecimento para a escravidão no Brasil? Se o governo constituinte temia um colapso no sistema escravagista, repercutido por São Domingos no Brasil, teria que afetar todo um sistema de trabalho, onde o negro era a principal mercadoria. Houve, então, um impacto significativo na economia escravista, devido ao ocorrido em São Domingos? Para além dos discursos políticos que versavam sobre esse tema, num mundo onde o escravo era de fundamental importância, será que as pressões políticas afetaram os proprietários de escravos e os traficantes?

Essas perguntas são eixo central deste texto, que tenta amortizar o peso efetivo do Haiti no Brasil. Se, por um lado, o ocorrido na ilha francesa teve um impacto político no Brasil, havendo vários debates, por outro lado, não podemos esquecer que, graças ao ocorrido em São Domingos, houve um desenvolvimento significativo da agricultura no Brasil, aumentando o peso das suas exportações. Tal situação trouxe, como consequência, o estímulo – e não a diminuição – do comércio de escravos.

Em um simpósio nacional que tinha como tema “Quilombo dos Palmares”, realizado em Maceió em 1981, Luiz Mott proferiu sua comunicação apelando para uma historiografia brasileira que ignorou as redes de relação e comunicação entre os escravos/negros no Brasil com as demais regiões do mundo. Sua comunicação parte do pressuposto de que os negros não viviam isolados em seus “pequenos universos” no Brasil colonial e imperial.

[...] há provas incontestes de que houve sistemática comunicação entre os escravos residentes em diferentes fazendas, entre os negros de uma capitania com os de outra, dos libertos e ingênuos do Brasil com os negros da África e de outras regiões do mundo escravocrata. (MOTT, 1982, p. 56).

As provas “incontestes” apresentadas por Mott são relatos de negros que andavam com imagens de Jean Jacques Desalinas – o ex-escravo que proclamou a Independência do Haiti – e realizaram algumas sublevações ocorridas no Brasil, como a de 1814 na Bahia, provocada por escravos que trabalhavam em atividade pesqueira, que resultou 13 brancos e 56 negros assassinados. Mott utiliza relatos que vão do Vice-Rei do Brasil, o Conde de Óbidos, por ocasião do evento dos Palmares, aos depoimentos do Capitão de Fragata do Recife em 1817, e do Comodoro Inglês Bowles sobre a insurreição de Pernambuco. Entender a relação entre as revoltas ocorridas no Brasil e ligá-las em importância e significado com o ocorrido no Haiti são os objetivos do autor.<sup>2</sup>

Acredito que se deve ter alguns cuidados ao se fazer tais afirmações. O ocorrido no Haiti não teve precedentes, e seus desdobramentos atingiram, de um modo ou de outro, todo o mundo escravista. O sucesso do Haiti, segundo Robin Blackburn, foi uma sucessão de combinações, como estas:

[...] a preponderância numérica maciça dos escravos, alguns deles “africanos brutos” desacostumados com a escravidão americana [...]; o surgimento de uma elite escrava, com alguma liberdade de movimento; a presença de uma grande comunidade de cor e livre, com propriedades e experiência militar; a desintegração dos mecanismos de controle dos escravos quando a Revolução da metrópole respingou nas colônias e diferentes facções da população livre lutaram entre si e deram armas aos escravos para atingir seus próprios objetivos; a disposição da metrópole de defender o colonialismo descartando a discriminação de castas; a espantosa explosão da revolta escrava em agosto de 1791; o tamanho e as condições da colônia [...]. (BLACKBURN, 2002, p. 276).

Esses, dentre outros motivos, fazem do Haiti um caso ímpar, onde os negros dominaram a ilha, declaram o fim da escravidão, que no Brasil levou quase um século a mais para ser concretizado. Esse evento teve relação direta com outros pólos, mais diretamente ligados ao Haiti, como os Estados Unidos e Cuba.<sup>3</sup> No Brasil, serviu de exemplo para os proprietários e os políticos, como alerta para promover mecanismos de controle, evitando possíveis eventos.<sup>4</sup>

O trabalho de Manolo Florentino, *Em costas negras*, tem como objetivo entender a história do tráfico negreiro no Rio de Janeiro, mas com uma perspectiva diferente. (KLEIN, 1989). É olhar, a partir da África, os mecanismos e o contexto para se entender o motivo da enorme imigração compulsória – três séculos – entre África e Brasil. O autor detectou que os milhões de cativos eram escravizados pelos próprios africanos: por outro lado, essa “imigração compulsória” originou-se na hegemonia do capitalismo mercantil europeu, tendo como papel organizar e controlar a circulação dos cativos. Criou-se então um paradoxo: ao afirmar que os próprios africanos eram responsáveis pela captura dos cativos, seria afirmar que o comércio negreiro era independente da demanda exterior.

O ponto mais importante dado pelo autor é atribuir um papel decisivo aos traficantes de escravos. Uma de suas constatações foi que a resistência do Brasil ante a enorme pressão inglesa sobre o “infame comércio” foi devida à união entre Estado, traficantes e sociedade. Isso se deve pelo peso econômico e pelo poder acumulado que o traficante possuía. O tráfico, visto como um negócio que se inseria no quadro geral dos empreendimentos econômicos coloniais, “[...] constituía-se em um poderoso circuito endógeno de acumulação que se estruturava de acordo com os padrões vigentes”. (FLORENTINO, 1997, p. 10). Essa acumulação permitiu aos traficantes desfrutar de um papel “[...] ímpar na hierarquia colonial, influenciando os destinos políticos internos e externos do Estado”. (p. 10).

O que gostaríamos de salientar é que a escravidão era um “negócio” lucrativo demais para ser extinta, seja pela pressão inglesa, seja pelo peso “ideológico” dos eventos ocorridos no Haiti. Esses traficantes eram a própria elite colonial do Brasil, e controlar esse comércio significava adaptar-se às realidades das conjunturas internacionais. A conclusão a que o autor chega demonstra que o lucro do traficante era destinado, além de as empreitadas no além-mar, à manutenção do tráfico; também era investido na compra de imóveis, ou seja, o traficante estava diretamente ligado à economia da sociedade escravista.<sup>5</sup>

Ao afirmarmos que a Revolução do Haiti ocasionou uma pressão política para o fim da escravidão no Brasil, esquece-se de que, economicamente, favoreceu e corroborou para a sua permanência:

Os engenhos expandiram-se com continuidade, por toda a região, depois de 1789, estimulados pelas condições favoráveis do comércio internacional e pelas medidas governamentais que tenderam a valorizar o porto de Santos. Em cerca de um quarto de século a grande lavoura açucareira veio a dominar completamente a economia da área, e se tornou o motor da economia paulista. (CANABRAVA, 1976, p. 16).

Essas condições, a partir de 1790, com a Revolução do Haiti, favoreceram a alta nos preços do açúcar e a expansão da lavoura paulista.<sup>6</sup> Além disso, era um período de aceleração das transformações institucionais da escravidão. Temos além da Revolução do Haiti, a abolição da escravidão pelos *quackers* dos Estados Unidos, o movimento das petições na Inglaterra, a abolição da escravidão nas colônias francesas (1794), a restauração da escravidão nas colônias francesas (1803), o fim do tráfico negreiro nas colônias inglesas e nos Estados Unidos, a proibição do tráfico ao norte do Equador pelo Congresso de Viena e o início dos debates parlamentares na Inglaterra sobre a abolição da escravidão em suas colônias. (ROCHA, 2000).

O documento apresentado por Luiz Mott vem ao encontro de várias discussões parlamentares a respeito do escravo e de sua situação no Brasil. Nesse documento, mostra-se a apatia branca ante a formação de uma força negra, chamada “partido negro”, sendo numericamente superior aos partidos portugueses e brasileiros.<sup>7</sup>

Todos os brasileiros, e, sobretudo os brancos, não percebem suficientemente, que é tempo de se fechar a porta aos debates políticos, às discussões constitucionais? Se se continua a falar dos direitos dos homens de igualdade, terminar-se-á por pronunciar a palavra fatal: liberdade, palavra terrível e que tem muito mais força num país de escravos do que em qualquer outra parte. Então, toda a revolução acabará no Brasil com o levante dos escravos, que quebrando suas algemas, incendiarão as cidades, os campos e as plantações, massacrando os brancos, e fazendo deste magnífico império do Brasil uma deplorável réplica da brilhante colônia de São Domingos. (MOTA, 1972, p. 466-483).

Esse e outros documentos estão repletos de figuras ou imagens do Haiti e de suas possíveis reincidências no Brasil.

Temia-se o exemplo – “o mau exemplo” – do Haiti, pois, esta revolução dos escravos produzia entre os negros do Brasil o estímulo e o paradigma para o questionamento do regime servil nacional. Temia-se que se repetisse aqui no Sul a “malévola” influência haitiana como nas rebeliões dos negros dos Estados Unidos, notadamente na revolta de Denmark Vesey, em 1822, antilhano de origem e conhecedor das táticas e bandeiras revolucionárias dos negros vitoriosos de São Domingos. (MOTT, 1982, p. 60).

Era na demografia que os deputados reforçavam seus argumentos para refrear, amenizar ou corroborar suas teorias sobre os impactos da Revolução do Haiti no Brasil. O deputado Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, da Província de São Paulo, salientou, além da demografia, a escravidão branda no Brasil:

Tão ignorantes nos acreditão que recebamos como obséquio insultos e offensas! Não sabemos nós melhor que ninguém que os escravos não são para temer, que o seu número he insignificante comparado com o dos livres, e que a doçura da servidade domestica entre nós, tem feito dos nossos escravos antes amigo do que inimigos?<sup>8</sup>

Outros deputados também buscavam afirmar que a superioridade numérica seria a arma para evitar os avanços de uma “onda negra”.

Sr. Presidente, a população do Brasil he seguramente de 2:100\$000 almas livres, e se a este numero accrescentarmos mais uma quarta parte, segundo os cálculos do abbade Corrêa, que nu julgo exactos, teremos perto de três milhões d'almas livres; e não terá este numero de gente bastante para reprimir os ataques da escravatura? A população de escravos na Bahia, aonde existe o maior numero delles, está para a de homens livres como 1 para 3; em outras províncias os escravos são apenas o 5º da população, e até há algumas que tem um 8º ou talvez mesmo um 10º: ora para tudo isto bastão perto de três milhões de habitantes livres que existem no Brazil, e todos interessados em reprimir e subjugar os pretos.<sup>9</sup>

O termo que se apresenta na questão dos escravos era que o tráfico estava muito mais ligado à economia de mercado, seja interno, como o caso de Minas Gerais, seja externo, exemplo do Rio de Janeiro do que sobre a influência política praticada nos discursos escravagistas. Vários estudos recentes têm demonstrado que a escravidão estava relacionada às alterações das atividades produtivas de uma região. Carla Almeida, ao estudar as posses escravas em Minas Gerais, detectou que de, 1750 a 1770, a mineração correspondeu a níveis mais elevados de concentração e a um menor número de pequenos escravistas; de 1780 a 1850, a agropecuária (em um processo de “acumulação evolutiva”, consoante definido por Douglas Libby) foi acompanhada pelo aumento do número de pequenos proprietários, mostrando-se menos concentrada a posse de cativos; finalmente, após 1850, a agropecuária e a cafeicultura colocaram-se como atividades principais, observando-se nova concentração na distribuição da escravaria, diminuindo uma vez mais o número dos escravistas de menor porte.

Suas conclusões mostram que

[...] para além do destino da produção, outros fatores intervêm na conformação da estrutura de posse de escravos de uma dada região e mesmo na possibilidade ou não da utilização do cativo pelos produtores locais. O desenvolvimento histórico específico de cada região, as conjunturas econômicas internas e externas, a proximidade ou não dos centros consumidores, a oferta de escravos no mercado, o tipo de produto cultivado, aliados às estratégias econômicas próprias dos produtores locais, são alguns dos fatores que atuam na definição da estrutura de posse de escravos. (ALMEIDA, 1994, p. 41).

Diversos textos tentaram transpor as idéias de ilustração para o Brasil. (DIAS, 1968). Dentre os mais conhecidos, estão as memórias de João Severiano Maciel da Costa, que habilmente jogava com as palavras e, propositadamente, construiu um texto repleto de contradições. (COSTA, 1988). Suas memórias foram escritas em 1820, ou seja, antes da Independência do Brasil e depois da Revolução do Haiti. Tinha como intuito o fim lento e gradual da escravidão, que haveria de ter um planejamento cuidadoso e, a longo prazo, a substituição da mão-de-obra escrava para a livre.

Entretanto,

a condenação da escravidão [...] resume-se ao resultado de um processo de negação da sua legitimidade. Tal processo [...] não nasceu de uma só penada, mas derivou de uma construção lenta e custosa, iniciada com o desatamento dos fios que prendiam a escravidão às demais instituições sociais; ou seja, para provar a sua ilegitimidade foi necessário demonstrar que a escravidão se opunha aos princípios do cristianismo, representava uma ameaça ao Estado, era economicamente nociva, violava o direito natural, etc. Foi necessário [...] desmontar a rede de idéias que a colocava no mesmo plano das demais instituições mediante a demonstração de que ela lhes era prejudicial e, portanto, deveria ser substituída pelo trabalho livre. (ROCHA, 2000, p. 45).

Também João Severiano vai buscar na demografia um meio de controle sobre a “pressão escrava”. Segundo ele, no Haiti, havia uma população estimada de 25 mil brancos contra 500 mil negros; na Guiana Francesa, 907 contra 11.791. No Brasil, no ano em que escreve, sua estimativa apresenta que havia 800 mil brancos contra 1 milhão e meio de escravos. No Haiti havia 20 escravos para cada branco, no Brasil esse número não chegou a dois escravos por um branco.

Ano	Livres	Índios	Escravos	Total
1798	1.416.000	252.000	1.582.000	3.250.000
1800	920.000	470.000	2.260.000	3.650.000
1810	1.428.500	259.400	1.930.000	3.617.900
1817	1.700.000	600.000	1.000.000	3.300.000
1819	2.488.743	800.000	1.107.389	4.369.132
1823	2.813.351	–	1.147.515	3.690.866
1830	3.095.000	228.000	2.017.000	5.340.000

*Fonte:* Estatísticas retrospectivas Brasil: estimativas da população (1550-1872). *Boletim de História Demográfica*. USP, ano 1, n. 2, jul. 1994.

- Os números utilizados pelo censo consideram como livres, brancos, pardos e negros, utilizando como critério apenas a liberdade, não a cor da pele, exceção aos índios.
- Os números variam conforme as fontes utilizadas pelo censo, sendo que, para cada ano, a fonte difere quanto à classificação e aos números absolutos.

Segundo o censo apresentado pela Estatística do Brasil em 1798, a população entre livres e escravos era quase 1 por 1. Entretanto, esses números variavam muito, e o próprio censo tem sete versões do ano de 1798. Escolhemos para apresentar o censo feito por Félix de Contreiras Rodrigues, pois era o único que dividia a população entre livres, índios e escravos, os outros apenas indicavam o número total de habitantes.<sup>10</sup> É importante salientar que João Severiano propõe o fim do tráfico de escravos, mas não da escravidão.<sup>11</sup>

A análise desse texto com outros do mesmo período, como por exemplo, o de José Bonifácio de Andrada e Silva, *Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a Escravatura*, de 1825, já estudados por muitos historiadores, num panorama geral, fornece duas visões sobre a escravidão. Ao analisar a escravidão sob a perspectiva das idéias antiescravistas, ambos a condenavam. A influência que tiveram da Europa também fica evidente na análise dos textos em conjunto ou separadamente. Entretanto, o que difere nesses dois autores é que, para João Severiano, o tráfico não era tão prejudicial ao negro quanto se acreditava; já Bonifácio procurou analisar a escravidão dando maior evidência à liberdade pessoal em detrimento à noção de propriedade.

Algumas críticas a esses autores indicam que estavam motivados por um pensamento utópico. Esse pensamento utópico, segundo Antonio Penalves, formou-se no seguinte processo:

A economia política processou certos dados do capitalismo, obtidos empiricamente, e os reproduziu no mundo das idéias, apregoando a superioridade da liberdade econômica; contudo, no que toca a essa liberdade, havia um topos que era dado pela história – as transformações do capitalismo – para que tal princípio fosse simbolicamente transformado em algo “natural”. (ROCHA, 1989, p. 102).

Dessa maneira, os argumentos antiescravistas esbarravam em dois problemas. O primeiro era que a escravidão era muito lucrativa ao proprietário de escravo, e, segundo, esses argumentos não se ajustavam a essa utopia. Vejamos por que. Os argumentos antiescravistas eram “[...] a carestia do trabalho escravo e a caracterização do escravo como um trabalhador desmotivado para o trabalho”. (p. 103).

Em primeiro lugar, todos os estudos que tentaram “calcular” o custo da escravidão, na tentativa de provar ser cara sua manutenção, chegaram a resultados inversos. Adam Smith afirmou que a lavoura açucareira era a mais lucrativa de seu tempo, e o próprio João Severiano confirma que “[...] as *plantages* das colônias francesas apresentavam um lucro anual líquido de três e meio por cento a mais que as lavouras metropolitanas” (p. 104), e, como o próprio Penalves afirma, se o trabalho escravo fosse nocivo quanto acreditavam os antiescravistas, era de se esperar que eles (proprietários de escravos) tomassem a iniciativa para a emancipação dos escravos, fato que nunca ocorreu.

O segundo argumento – sobre a desmotivação do escravo – leva-nos a crer que o trabalhador livre estaria motivado ao trabalho. Temos que lembrar que o trabalho estava vinculado à idéia de sofrimento. A própria palavra *trabalho* significa, etimologicamente, um instrumento de tortura. É somente com o surgimento das fábricas e com a construção ideológica que o trabalho passa de sofrimento à redenção. Além disso, alguns trabalhadores livres não se diferenciavam dos escravos em relação ao trabalho. O excessivo número de horas, os baixos salários e as condições de trabalho não legavam ao trabalhador livre tantas benesses quanto se acreditava.

O Haiti servia como o maior exemplo dos riscos causados pela escravidão, e foi apropriado pelo pensamento antiescravista para cobrar reformas e mudanças sobre a escravidão – mas não sobre os escravos. Ficamos com a idéia de que ambos estavam mais preocupados com os danos causados pela escravidão do que com os próprios escravos. Quanto ao impacto da escravidão na economia, concordavam que a mesma impedia seu crescimento. Enfim, ao utilizar referências como a Revolução do Haiti, esses autores não buscavam incitar algum tipo de revolta; esse tipo de argumentação funcionava mais como retórica para persuadir e precaver os caminhos que seguiam a escravidão. Suas idéias demoraram a ser postas em prática. O fim do tráfico ocorreu no Brasil apenas em 1850, e o fim da escravidão, em 1888.

Creio ser de fundamental importância lançar-se uma outra questão, mesmo que rapidamente. Trata-se da importância dos mercados internos para o Brasil. Segundo Caio Prado Jr., em *citação acima mencionada*, os mercados coloniais tiveram como único objetivo abastecer as economias metropolitanas. Seja com os pactos coloniais, seja no livre comércio, o papel das Colônias sempre foi o de produzir e servir aos grandes centros, principalmente da Europa.

Entretanto, algumas pesquisas, principalmente em língua espanhola, vieram questionar esse tipo de visão. No Brasil, essa forma de pesquisa ainda está em seu início e precisaria de muitos estudos e debates, mas nem por isso perde importância como parâmetro para se perceber e questionar essa visão de economia exportadora dada às colônias, principalmente da América Latina, onde os estudos são mais conhecidos.

Em primeiro lugar, é necessário estabelecer algumas definições para que se construa essa argumentação. A noção de mercado pode ter duas significações. A primeira diz respeito aos lugares onde se encontram vendedores e compradores, muitas vezes confundidos com feiras. A segunda, que interessa diretamente,

[...] prescinde de la localización y se refiere a la relación entre oferta y demanda [...] En esa relación se origina la llamada economía de mercado y la teoría correlativa que intenta explicar la estrategia de compradores y vendedores tendiente a obtener una ventaja en la transacción. (ARCONDO, 1994, p. 20).

Entendidas as definições de mercado, deve-se ter em mente que as relações entre produtores e consumidores influem diretamente na economia colonial, e essa dependência está diretamente ligada às diferentes unidades coloniais, umas mais outras menos, dependendo da alta dos preços, dos ganhos reduzidos, ou seja, do escasso dinamismo que alcançaram esses mercados coloniais. (ORTEGA, 1995, p. 155). A historiografia que trata sobre mercados internos produziu trabalhos interessantes e que podem mudar toda noção de economia de mercado e questionar a importância e o impacto da Revolução Industrial nas Colônias.

Luis Carlos Garavaglia, estudando o México e o Peru dos fins do século XVIII, chegou a importantes resultados. Ao estudar esses mercados internos e externos (mercados consumidores dentro e fora de uma dada região, respectivamente), partiu de uma afirmação proposta por Patrick O'Brien num artigo escrito na *Economic History Review*, onde esse afirmava que “[...] o comércio com a Europa ocidental e as regiões da periferia [...] constituem um elemento insignificante em função de explicar o acelerado crescimento experimentado pelo centro do sistema mundial depois de 1750”. (O'BRIAN, 1982, p. 8). Ao afirmar a falta de importância dos mercados internos, chamada por ele economia periférica,

Garavaglia se pergunta: “Si fue cierto que la participación de la periferia fue – como dice con humor O’Brian – “periférica”, seria Bueno saber la outra cara de la moneda y comprobar si la participación del centro fue “central”. (BONILLA, 1991, p. 219). Ou seja, se os mercados internos não tiveram tanta importância, significava que os mercados externos tiveram.

Suas pesquisas para as regiões da Nova Espanha (Cidade do México, Puebla, Guanajuato) e Peru (Potosí e Cerro de Pasco) mostram uma realidade diferente da proposta por O’Brian. Os números que Luis Carlos Garavaglia apresentam são: para a Cidade do México, 46% do produzido ia para a Europa e 54% ficava na região. Para as demais, ficaram Puebla (36% e 64%); Guanajuato (33% e 67%); Tapeaca (28% e 72%); Potosí (45% e 55%) e Cerro de Pasco (44% e 56%), respectivamente. Isso significa que, para essas regiões, os mercados externos (metrópoles) nunca representaram 50% do total de sua economia.

Para o Brasil temos também interessantes estudos e alguns debates, que demonstram um começo nesse tipo de estudo. Talvez o mais conhecido seja o debate entre Robert Slenes e Roberto Martins (1988). A discussão central se baseia em Minas Gerais como um centro da economia escrava, chegando a possuir mais escravos que o Rio de Janeiro. Minas Gerais não era uma economia exportadora como o Rio de Janeiro, e apesar disso desenvolveu uma economia voltada para o mercado interno que necessitava de braços escravos.

Esses importantes debates divergiam quanto à concepção de mercado interno e a explicação proposta por Martins sobre o elevado número de escravos em Minas Gerais. Para Martins, isso se explicaria pela abundância de terras e pela conseqüente falta de trabalho livre. Isso fez com que os empregadores de Minas Gerais buscassem mão-de-obra escrava. A essa explicação Martins refere que Minas Gerais era uma economia vicinal. Esses debates continuam com réplicas e tréplicas, mas o ponto fundamental foi que ambos concordaram que Minas Gerais possuía, mesmo não sendo uma economia voltada para o mercado externo, mais escravos que o Rio de Janeiro. Isso significa dizer que a escravidão não pode ser dependente exclusivamente dos mercados externos.

Outros debates também produziram interessantes resultados; é o Rio de Janeiro o centro das discussões. O artigo escrito em três mãos tenta questionar os trabalhos de Manolo Florentino e João Luís Fragoso sobre a autonomia dos mercados internos no Rio de Janeiro. Escrito por

Eduardo B. Mariutti, Luiz Paulo Nogueiról e Mário Danieli Neto, o artigo é uma tentativa de levantar certos questionamentos aos trabalhos de Florentino e Fragoso, principalmente ao livro escrito por ambos: *O arcaísmo como projeto*.<sup>12</sup> Talvez o ponto que mais interesse desse artigo, para este texto é a crítica feita pelos autores ao recorte cronológico estudado por Florentino e Fragoso.

O recorte proposto no livro *Arcaísmo como projeto* fica entre 1790 e 1840, onde os autores do livro dizem que a representatividade desse recorte proposto deixa a desejar devido aos inúmeros acontecimentos ocorridos no Brasil, no século XIX, como a abertura dos portos (1808) e a Independência (1822). Algumas vertentes historiográficas apontam que a economia colonial do Brasil ultrapassa o período proposto (1830), e o Rio de Janeiro apresentou toda as características de uma economia escravista colonial, porque possuía

a) hegemonia do trabalho escravo, reproduzido pelo tráfico atlântico. b) presença de grandes unidades produtivas (*plantations*) e c) a produção era voltada para o mercado internacional. Assim, para justificar a pertinência do recorte regional e temporal que estabelece, Fragoso apóia-se fundamentalmente na “continuidade” apregoada pelos modelos dominantes na historiografia. (MARIUTTI, 2001, p. 384).

Entrementes, o argumento proposto por Florentino e Fragoso foi alvo de críticas contundentes, como por exemplo, a de Stuart Schwartz, afirmando ser precário o recorte (1790-1840), porque os autores desprezaram peculiaridades ocorridas no período, como o rápido desenvolvimento da agricultura depois da Revolução do Haiti (1792), que deu novas forças às exportações brasileiras. Esse movimento estimulou o comércio de escravos e aqueceu os mercados internos.

E mais:

Fragoso enxerga os padrões inerentes à situação que descreve mais como características estruturais do Brasil colonial do que como aspectos de uma conjuntura cronologicamente limitada. Como resultado, ele superestima a predominância de longo prazo do capital mercantil e do mercado interno na história colonial, situando a década de 1790 em um passado remoto, interpretando-a como se fosse representativa da época anterior. (SCHWARTZ, 1996, p. 355).

Temos que perceber que esse recorte proposto não pode ignorar a conjuntura política, econômica e social que cercava o Brasil e o restante do mundo escravista. Ignorar essa perspectiva é deixar passar uma série de elementos que pode explicar as estruturas que regem uma ação. Se o Haiti não fez com que a escravidão brasileira acabasse, ela foi responsável direta pelo aumento do preço do açúcar, que por sua vez estimulou o tráfico de escravos.<sup>13</sup>

As últimas décadas do período colonial e as primeiras do Brasil monárquico foram marcadas por um *boom* da produção agrícola de exportação, responsável por um aumento do tráfico negreiro para o Brasil, destacando-se as rotas entre os traficantes baianos e o reino do Daomé, na Costa Ocidental da África, e as dos traficantes de Angola e do Rio de Janeiro com a África Centro-Ocidental e a chamada Contra-Costa (Moçambique). Nas áreas açucareiras do Recôncavo Baiano, entre os fins do século XVIII e nas primeiras décadas do XIX, a razão de africanidade da população dos engenhos era de 2 – 1, raramente somando menos de 60% do conjunto da escravaria. Nas primeiras décadas do período imperial, já com o tráfico ilegal, os falantes de língua banto alcançaram até 90% da escravaria das fazendas de café da região, às vésperas da extinção definitiva do tráfico atlântico, em 1850. Cfe. MATOS, Hebe. Verbete: Africanos. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 30.

O Haiti nunca foi o Brasil, o Brasil também nunca foi o Haiti. Eram realidades totalmente diferentes. A posição geográfica de ambos, a densidade de escravos e de livres, o tamanho físico entre outros fatores impedem similitudes. Entretanto, não devemos desconsiderar as influências do Haiti ao Brasil. Muitos historiadores, como os citados, tentaram exagerar a importância de certos levantes ocorridos no Brasil com o acontecido nas ilhas de São Domingos.

Os próprios deputados que escreveram no período também aludiam o ocorrido para defender o tráfico de escravos, ou o seu fim. Apesar de propostas incompatíveis, João Severiano e José Bonifácio concordavam com o fim do tráfico de escravos, mas legitimavam que a escravidão deveria se extinguir lenta e gradualmente. E foi o que ocorreu.

Segundo estatísticas, que jamais poderão ter a precisão necessária, o tráfico de negros ao Brasil alcançou seu apogeu nas primeiras décadas do século XIX.

Segundo Robert Conrad, o tráfico de escravos saltou de cem mil no século XVI para a impressionante cifra de quatro milhões de escravos entre o século XVII e XVIII. Apenas na metade do século XIX (1800-1850), aportaram no Brasil, sem contar os negros mortos no traslado, cerca de um milhão e meio de escravos. (CONRAD, 1975). Esses números nos fazem crer que o medo de uma revolta semelhante ao Haiti ficou apenas nos discursos como um alerta. Economicamente o Brasil teve um aquecimento de sua economia, principalmente a açucareira, ligada diretamente com o ocorrido no Haiti.

Da mesma maneira, o tráfico de escravos não estava diretamente ligado aos mercados de exportação, pois mesmo com o aumento do tráfico ligado à produção do açúcar, Minas Gerais que tinha como base de sua economia a produção interna, não sendo grande exportadora de açúcar nem de café, possuía um maior número de escravos do que o Rio de Janeiro. A historiografia ainda precisa de maiores estudos para conhecer o impacto e a importância do mercado interno no Brasil colonial e monárquico, e importantes tentativas estão sendo feitas com esse intuito.

Para finalizar, o grande “incêndio” ocorrido no Haiti, com a explosão e vitória dos negros foi incontestável. Chamas se espalharam em todo o mundo de economia escrava. Os mais próximos foram os mais atingidos. Mas, no Brasil, apesar de encontrarmos focos isolados que tiveram origem nesse acontecimento, quando comparados aos de São Domingos, aqui foram encontradas, tão-somente fagulhas, que rapidamente foram controladas ou apagadas.

A crítica a essa historiografia pode ser analisada nos limites do espaço e do tempo. Ao estudarmos unidades de tempo fragmentadas, como esse recorte, por exemplo, ou recortes estabelecidos no Brasil colonial ou Brasil monárquico, deixamos de perceber, numa visão de longa duração, as mudanças ocorridas (problema de tempo). Por outro lado, não existem estudos brasileiros que tentem compreender o Brasil com outros locais, com problemas semelhantes, com estudos muito próximos. Isso leva a tratar o Brasil de forma independente daquela que estava ocorrendo em outros lugares (problema de espaço).

Se a discussão entre escravistas e antiescravistas continuava nos debates parlamentares, o proprietário de escravos permanecia mantendo seus cativos, ao menos enquanto isso fosse lucrativo. As diferenças entre

o discurso escravista e sua prática se perdem no momento em que é posta em ação a lógica capitalista dos escravagistas do Brasil. Enquanto a escravidão era lucrativa, ela permaneceria como uma sombra, como Penélope – a fugir do possível casamento, à espera de Ulisses – o Brasil fiava para a Inglaterra, na promessa de pôr fim ao tráfico, à noite, longe dos olhos ingleses, fio por fio, caía no chão uma promessa, na esperança do dia seguinte. O Brasil conseguiu protelar até 1850 para abolir definitivamente o tráfico de escravos, dia após dia, até seu tear não mais poder fiar.

## Notas

---

<sup>1</sup> Um dos aspectos marcantes do período entre 1790 e 1840 é o grande número de revoltas e levantes no Brasil. Não se pode ignorar esse tipo de manifestação, seja de escravos, brancos livres nacionais ou estrangeiros, num momento de efervescência política por diversos fatores internos e externos. Os movimentos detectados no Brasil são: A Sabinada (1837-1838); Farrroupilha (1835-1845); Balaiada (1838-1841); Cabanagem (1835-1840); Cabanada (1832); Praieira (1848); Revolta da Serra do Rodeador (1817-1820); Revolta de Carrancas (1833); Revolta de Manuel Congo (1838); Revolta do Reino da Pedra Bonita (1838); Revolta dos Malês (1835). Em todos esses movimentos não se pode negar a importância do Haiti, da Inglaterra e de outras causas internas e externas. Um trabalho que trata de alguns desses movimentos foi estudado por: MOTA, Carlos Guilherme. *Idéia de revolução no Brasil (1789-1801): estudos das formas de pensamento*. Petrópolis: Vozes, 1979.

<sup>2</sup> A Revolta dos Malês talvez tenha sido o mais importante levante do Brasil monárquico. Segundo João José Reis, a revolta escrava teve um “[...] sentido profundo [que] deve ser buscado na articulação entre conflitos de classes, étnicos e religiosos”. Entretanto, na Bahia havia cerca de 22 mil escravos na época da revolta e participaram do levante 600 escravos, o que representa pouco mais de 2% deles. Veja-se: REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês (1835)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

<sup>3</sup> Os Estados Unidos, mercado em expansão, passou a produzir açúcar na Luisiana, comprada dos franceses em 1803; Cuba, embora colônia espanhola, abriu seus portos ao comércio externo, passando a

suprir grande parte da demanda norte-americana. Cfe. FÁRIA, Sheila de Castro. Verbete: Açúcarocracia. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 26.

<sup>4</sup> Para entender melhor o processo e os desdobramentos da Revolução do Haiti, veja-se o trabalho de Blackburn, especialmente os capítulos de V ao X.

<sup>5</sup> Finley conceituou a expressão *sociedade escravista* baseado na sociedade em que a escravidão era essencial para a localidade. Segundo seus conceitos, havia cinco sociedades escravistas: a grega, a romana clássica, e, na era moderna, a brasileira, a caribenha e a do Sul dos Estados Unidos. FINLEY, M. A peculiar institution? *The Times Literary Supplement*, p. 819, 2 Juli 1976.

<sup>6</sup> No final do século XVIII e início do XIX, assistiu-se ao que alguns historiadores chamam “renascimento agrícola” com o açúcar brasileiro voltando a ocupar posição de destaque no cenário mundial. Cfe. MELO, E. Cabral. *O norte agrário e o império – 1871-1889*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

<sup>7</sup> Para entender a formação, ideologia e composição dos partidos no Brasil, veja-se: REIS, João José. O jogo duro do dois de julho: o “partido negro” na independência da Bahia. In: REIS, J. J.; SILVA, E. (Org.). *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. p. 79-98.

<sup>8</sup> Deputado Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva. São Paulo, 12/4/1822. Esses e outros documentos fazem parte de um *corpus documental* utilizado na elaboração de um dicionário. Faz parte desse projeto a professora Márcia Regina Berbel,

alunos de pós-graduação e de graduação da Universidade de São Paulo.

<sup>9</sup> José Feliciano Fernandes Pinheiro, 8/8/1822, São Paulo. Esses e outros documentos fazem parte de um *corpus documental* utilizado na elaboração de um dicionário. Faz parte desse projeto a professora Márcia Regina Berbel, alunos de pós-graduação e de graduação da Universidade de São Paulo.

<sup>10</sup> Dauril Alden estimava a população brasileira em 1798 em 2.188.596; o Abade Corrêa da Serra, em 4.000.000; Alexander von Humboldt, em 3.800.000; o Clérigo Santa Apolônia, em 3.250.000 e Thomas Ewbank, em 3.000.000.

<sup>11</sup> Para entender melhor as discussões e as interpretações feitas por historiadores a respeito das discussões ocorridas no Brasil e em outras localidades, bem como os debates existentes, veja-se: BAILYN, Bernard. *As origens ideológicas da Revolução Americana* (trad. port.). Bauru: Edusc, 2003; BERBEL, Márcia R. *A nação como artefato*. São Paulo: Fapesp/Hucitec, 1999; BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869*. (Trad. port.). São Paulo: Edusp – Expressão e Cultura, 1976; MARQUES, João Pedro. *Os sons do silêncio: o Portugal de Oitocentos e a Abolição do Tráfico de Escravos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1999; RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Ed. da Unicamp-Cecult/Fapesp, 2000.

<sup>12</sup> MARIUTTI, Eduardo; NOGUERÓL, Luiz; DANIELI NETO, Mário. Mercado Interno colonial e grau de autonomia: crítica às propostas de João Luís Fragoso e Manolo Florentino. *Estudos Econômicos*, São Paulo: USP/YPE, v. 31, n. 2, p. 369-393, 2001; FRAGOSO, J.; FLORENTINO, M. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro c. 1790c. 1840*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

<sup>13</sup> “As últimas décadas do período colonial e as primeiras do Brasil monárquico foram marcadas por um *boom* da produção agrícola de exportação, responsável por um aumento do tráfico negreiro para o Brasil, destacando-se as rotas entre os traficantes baianos e o reino do Daomé, na Costa Ocidental da África, e as dos traficantes de Angola e do Rio de Janeiro com a África Centro-Ocidental e a chamada Contra-Costa (Moçambique). Nas áreas açucareiras do Recôncavo Baiano, entre os fins do século XVIII e nas primeiras décadas do XIX, a razão de africanidade da população dos engenhos era de 2 – 1, raramente somando menos de 60% do conjunto da escravaria. Nas primeiras décadas do período imperial, já com o tráfico ilegal, os falantes de língua banto alcançaram até 90% da escravaria das fazendas de café da região, às vésperas da extinção definitiva do tráfico atlântico, em 1850”. Cfe. MATOS, Hebe. Verbete: Africanos. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 30.

## Referências

- ARCONDO, Aníbal. La noción de mercado en economía y su utilización en historia. In: CARLOS GROSSO, Juan; SILVA RIQUER, Jorge (Org.). *Mercados e história*. México: Instituto Mora, 1994. p. 20.
- BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869*. São Paulo: Edusp, 1976.
- BLACKBURN, Robin. *A queda do escravismo colonial – 1776-1848*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- CANABRAVA, Alice. Terras e escravos. In: PELAÉZ, C.; BUESCU, M. (Coord.). *A moderna história econômica*. Rio de Janeiro: Apec, 1976.
- CARLOS GARAVAGLIA, Luis. El mercado interno colonial a fines del siglo XVIII: México e Peru. In: BONILLA, Heraclio (Org.). *El sistema colonial en la América española*. Barcelona: Crítica, 1991. p. 219.
- COSTA, João Severiano Maciel da. Memória sobre a necessidade de abolir a introdução de escravos no Brasil, sobre o modo e condições com que esta abolição se deve fazer e sobre os meios de remediar a falta de braços que ela pode ocasionar. (1. ed. 1821). In: SALGADO, G. (Org.). *Memórias sobre a escravidão*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1988.
- DIAS, Maria Odila Silva. Aspectos da ilustração no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 278, p. 105-170, 1968.
- FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico entre África e o Rio de Janeiro. (sécs. XVIII e XIX)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.
- FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia*, RJ, c.1790-c.1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GEGGUS, David P. (Ed.). *The impact of Haitian Revolution in the Atlantic World*. Columbia: The University of South Carolina Press, 2001.
- GOMES, Flávio. Experiências transatlânticas e significados locais: idéias, temores e narrativas em torno do Haiti no Brasil escravista. *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 13, p. 209-246, 2002.
- JAMES, C. L. R. *Os jacobinos negros: Toussaint Louverture e a revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- KLEIN, Herbert. Novas interpretações do tráfico de escravos do Atlântico. *Revista de História*, São Paulo: USP, p. 3-26, 1989.
- MARIUTTI, Eduardo; NOGUERÓL, Luis; DANIELI NETO, Mário. Mercado interno colonial e grau de autonomia: críticas às propostas de João Luís Fragoso e Manolo Florentino. *Estudos Econômicos*, São Paulo, USP/IPE, v. 31, n. 2, p. 384, 2001.
- MARQUES, João Pedro. *Os sons do silêncio: o Portugal de Oitocentos e a Abolição do Tráfico de Escravos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1999.
- MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Idéia de revolução no Brasil (1789-1801): estudos das formas de pensamento*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- MOTT, Luiz. A revolução dos negros do Haiti e do Brasil. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 4, p. 55-63, 1982.

- O'BRIAN, Patrick. European economic development: the contribution of the periphery. *The Economic History Review*, ano XXXV, n. 1, p. 1-18, 1982.
- ORTEGA MARTINEZ, Luis. El mercado en América Latina – ensayo de interpretación histórica. *Dimensión Histórica de Chile*, Chile, n. 11-12, p. 155-167, 1995-1996.
- PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1962.
- REIS, João José. O jogo duro do dois de julho: o “partido negro” na Independência da Bahia. In: REIS, João José; SILVA, E. (Org.). *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. p. 79-98.
- \_\_\_\_\_. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês (1835)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- ROCHA, Antonio Penalves. A escravidão na economia política. *Revista de História*, São Paulo: USP, n. 120, 1989.
- RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Ed. da Unicamp/Cecult/Fapesp, 2000.
- SCHWAKRTZ, Stuart. Somebodies and nobodies in the body politic: mentalities and social structures\_in Colonial Brasil. *Latin American Research Review*, v. 31, n. 1, 1996.
- SLENES, Robert. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos*, São Paulo: USP/IPE, v. 18, n. 3. p. 449-495, 1988.
- VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.